



# Poder Legislativo de Peabiru

Estado do Paraná

Sede Lauro Waldemar Rogge

## Assessoria Jurídica

### *P a r e c e r*

**Objeto: Projeto de Lei nº 49/2025**

***Autoriza o Poder Executivo a firmar Termo de Parceria para fins de transferência voluntária com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Peabiru e dá outras providências.***

O presente parecer tem por objetivo analisar o Projeto de Lei nº 49/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal, que autoriza a celebração de termo de parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Peabiru, para fins de transferência voluntária de recursos financeiros no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por exercício financeiro, destinados ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco.

O projeto fundamenta-se na Lei Federal nº 13.019/2014, que dispõe sobre o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade.

Segundo parágrafo único do art. 1º, os recursos são oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social através do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS e recursos próprios do Fundo Municipal de Assistência Social.

O Município de Peabiru, nos termos do art. 30, I, da Constituição Federal, possui competência para legislar sobre assuntos de interesse local. A celebração de termos de parceria com entidades da sociedade civil para a execução de atividades de interesse público, como o atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco, enquadra-se nessa competência.

O projeto justifica-se pelo interesse público na execução de atividades de assistência social, em especial o atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco. A APAE de Peabiru possui histórico de atuação relevante na área, o que reforça a pertinência da parceria.

O art. 2º do projeto estabelece que o termo de parceria terá vigência de 12 meses, podendo ser aditivado mediante justificativa de interesse público. Essa previsão está em conformidade com o princípio da eficiência e com as normas que regem os contratos e termos de parceria na administração pública.

O art. 3º do projeto indica a dotação orçamentária específica para a execução da despesa, atendendo ao princípio da legalidade orçamentária (art. 167, I, da



# **Poder Legislativo de Peabiru**

## **Estado do Paraná**

### **Sede Lauro Waldemar Rogge**

---

Constituição Federal). A utilização de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente está alinhada com a finalidade da transferência.

Diante do exposto, conclui-se que o Projeto de Lei nº 49/2025 está em conformidade com a legislação federal e municipal, atendendo aos requisitos legais para a celebração de termos de parceria com organizações da sociedade civil. A iniciativa visa ao interesse público, com destinação de recursos para atividades de assistência social, em especial o atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco.

Remete-se às Comissões Competentes para análise de mérito, oportunidade e interesse público.

É o parecer

Peabiru, 04 de agosto de 2025.

Patrícia Carla Gato  
Assessora Jurídica